



# **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SENTIMENTO DE INSEGURANÇA EM PORTUGAL NA ACTUALIDADE**

Graça Frias  
SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa

## **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SENTIMENTO DE INSEGURANÇA EM PORTUGAL NA ACTUALIDADE**

Esta comunicação resulta de uma tese de mestrado por mim apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em 2003, subordinada ao tema “A Construção Social do Sentimento de Insegurança em Portugal na Actualidade”<sup>1</sup>. Num primeiro momento, procura-se referir como de um problema social – criminalidade e insegurança como preocupação generalizada – se passa a um problema sociológico – o estudo do sentimento de insegurança nas suas diferentes dimensões a partir do crime, e também como expressão de uma representação social, em que estão presentes lógicas culturais,

---

<sup>1</sup> Esta tese foi orientada pelos Profs. Doutores Nelson Lourenço e Manuel Lisboa e resulta de trabalhos de investigação desenvolvidos nas áreas da Sociologia do Crime, da Violência e da Insegurança, no âmbito do SOCINOVA – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, centro ao qual pertenço.

identitárias e situacionais. Seguidamente apontam-se as principais conclusões do estudo, tecendo-se ainda algumas reflexões sobre resultados do mesmo.

## **1. Do problema social ao problema sociológico**

À semelhança do que ocorre um pouco por toda a Europa, também em Portugal as questões relacionadas com a criminalidade, a violência e a insegurança têm em anos recentes vindo a ser objecto de debate e de preocupação generalizada por parte dos mais diversos actores sociais, entre os quais os partidos políticos, a imprensa e até mesmo os cidadãos anónimos.

A opção de estudar este tema surge do interesse em compreender o contexto do qual emergiu na sociedade portuguesa um fenómeno que, se exacerbado, poderá trazer implicações profundas, quer a nível da limitação de liberdades na vida quotidiana dos cidadãos, quer podendo mesmo potenciar o reequacionar da pertinência de um conjunto mais amplo de direitos, liberdades e garantias garantidos desde o início da democracia em Portugal.

Mas o que é na realidade o sentimento de insegurança? Diversos autores (Roché, 1993; Lourenço e Lisboa, 1996) definem este sentimento como um conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou medo cristalizadas sobre o crime. E, no entanto, este não é sequer uma das principais causas de morte na Europa. Porquê então esta tendência generalizada dos vários actores sociais a estabelecer uma relação de causa-efeito entre crime e sentimento de insegurança? Na perspectiva de Roché (1993) uma das razões para que tal ocorra é o facto de o crime atingir os indivíduos na vertente mais íntima e profunda, ligada ao seu corpo, à sua casa e aos seus bens. Por outro lado, relembra, o crime diz respeito ao futuro de uma comunidade cujo controle social se afigura cada vez mais frágil, levando os actores sociais a reequacionar as regras da vida em sociedade, especialmente em matérias como a identidade colectiva, o civismo ou a cidadania.

Tal não significa, porém, que o crime deva por si só ser entendido como causa única do sentimento de insegurança. Apesar de em alguns países da Europa, entre os quais Portugal, se ter assistido nas últimas décadas a um aumento da criminalidade, nomeadamente dos crimes contra o património, alguns autores (Cusson, 1990; Chesnais, 1992; Roché 1993; Lourenço e Lisboa, 1996) percebem este aumento como uma das consequências mais visíveis das profundas e complexas mudanças sociais que marcam as sociedades, e que dão origem a um clima de ansiedade generalizada.

O recrudescimento do sentimento de insegurança resultaria assim de uma combinação do aumento da criminalidade com um processo de selecção social do crime como objecto de inquietação, e da sua construção cultural como risco (Roché, 1991). Esta ideia remete para a definição do sentimento de insegurança como expressão de uma representação social do meio, ou seja, como uma forma de pensar, interpretar e dar um sentido à realidade (Jodelet, 1984). A formação das representações sociais depende de situações

directamente relacionadas com a posição que os indivíduos ocupam na estrutura social (Lourenço e Lisboa, 1992) e é influenciada por múltiplos factores: experiências pessoais, contextos sociais e tipo de relações que mantêm com outros indivíduos, bem como pelos seus capitais social, económico e cultural, também relacionados com os seus códigos, valores e ideologias.

Alguns autores referem ainda a pertinência de se ter em conta duas dimensões distintas na análise do sentimento de insegurança<sup>2</sup>: o medo do crime e a preocupação pela ordem social. O medo do crime manifesta-se sobretudo em comportamentos de protecção do domicílio ou medidas cautelares face à vitimação, sendo expresso na primeira pessoa: “tenho medo de ser assaltado” ou “não me sinto seguro na rua à noite”. Por sua vez, a preocupação pela ordem social traduz uma inquietação com a sociedade em geral, com o mundo dos valores e das normas, expressando-se, por exemplo, na ideia de que a violência ou a criminalidade vão aumentar, ou na exigência de uma ordem e de uma segurança de tipo repressivo.

Este estudo segue também a perspectiva de que o sentimento de insegurança deve ser analisado como uma representação social do meio, contemplando nesta análise as suas duas dimensões. Não descurando a eventual existência de uma relação entre o sentimento de insegurança, o crime participado às polícias e as representações da violência e do crime em Portugal, procura-se igualmente compreender se e até que ponto outros factores de ordem socio-cultural ou identitária podem influenciar a construção social deste mesmo sentimento.

Para além do crime, os outros factores que se consideram como estando possivelmente relacionados com a construção do sentimento de insegurança são as características socio-culturais dos indivíduos e a sua relação com as autoridades (em particular com a polícia e os tribunais) e com o “Outro” (que assume aqui a figura do estrangeiro, de alguém com uma nacionalidade/etnia distinta).

Fazendo agora algumas referências de ordem metodológica, o principal instrumento metodológico utilizado neste trabalho foi um inquérito sociológico ao sentimento de insegurança realizado em 1999 pelo SOCINOVA – *Inquérito Nacional ao Sentimento de Insegurança* - com uma amostra de 1000 questionários representativa para todo o Continente, proporcionalmente estratificada por distritos, género e escalão etário<sup>3</sup>. Uma outra fonte utilizada para traçar as tendências recentes da evolução da criminalidade em Portugal, e a distribuição espacial da mesma, consiste nos dados das participações à Polícia de Segurança Pública e à Guarda Nacional Republicana, coligidas pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Para além dos autores já citados, ver, por exemplo, Lagrange (1992).

<sup>3</sup> Apesar de o inquérito não ser expressamente concebido para este estudo, contém informação suficiente para abordar a problemática da construção do sentimento de insegurança.

<sup>4</sup> A escolha da análise das participações a estas duas forças de segurança justifica-se pelo facto de ambas, bem como os tipos de crimes de que se ocupam, estarem mais próximas do

## 2. Principais conclusões do estudo

Avançando agora para algumas das conclusões deste estudo, é de referir, antes de mais, que a sua perspectiva de partida - a de que o sentimento de insegurança, mais do que um produto das variações da criminalidade, deve sobretudo ser entendido como expressão de uma representação social do meio, em cuja formação influem múltiplos factores - revelou-se pertinente. Com efeito, foi possível concluir que determinadas características socio-culturais dos indivíduos, bem como a sua falta de confiança nas autoridades ou uma maior dificuldade de relacionamento com os estrangeiros estão associados à construção do sentimento de insegurança.

No que respeita às diferentes dimensões do sentimento de insegurança, detecta-se um nível baixo de medo do crime<sup>5</sup>, à excepção do indicador “medo de agressão ou roubo de um familiar próximo”, situação de que a maioria dos inquiridos (60,6%) admite ter medo. Nota-se, por outro lado, uma preocupação pela ordem social globalmente mais elevada do que o medo do crime, o que se deve essencialmente à elevada percentagem de inquiridos (66,5%) que pensa que a delinquência vai aumentar<sup>6</sup>. Esta conclusão reforça a necessidade de distinção entre as duas dimensões, mostrando que existem efectivamente diferenças entre a avaliação de se ser pessoalmente vítima de crimes e a preocupação com o crime como um dos fenómenos que afecta a sociedade (Roché, 1993; Lourenço e Lisboa, 1996).

### 2.1. Crime, violência e sentimento de insegurança

Quanto à relação entre crime, violência e sentimento de insegurança, colocaram-se à partida algumas questões, nomeadamente a de aferir se uma maior pressão do crime potencia a expressão de sentimento de insegurança, ou seja, se os inquiridos residentes em locais onde ocorrem mais crimes se revelam mais inseguros. Procurou-se também compreender quais os factores que influenciam as representações dos crimes associados à insegurança, e ainda perceber se existe uma relação entre vitimação e sentimento de insegurança, e se tal encontra correspondência na adopção de comportamentos cautelares de protecção do domicílio ou no exterior.

No que respeita a uma provável relação entre pressão do crime e expressão de sentimento de insegurança, verifica-se que os inquiridos dos distritos de Lisboa e Porto, onde ocorrem mais de 50% das participações a nível do

---

quotidiano dos cidadãos do que a Polícia Judiciária. Por outro lado, é de notar que muitos dos crimes participados às polícias não chegam sequer a julgamento em tribunal.

<sup>5</sup> Dos inquiridos, 15,7% afirmam sentir-se inseguros em casa ou nas partes comuns do prédio e 13,3% no seu bairro, de dia. Quando se inquiriu os indivíduos sobre se se sentem inseguros no seu bairro à noite, a percentagem que responde afirmativamente sobe para mais do dobro (30,2%).

<sup>6</sup> Relativamente aos outros dois indicadores de preocupações pela ordem – classificação de Portugal quanto à insegurança e à violência - 46,3% dos inquiridos considera Portugal um país inseguro ou muito inseguro, e 41,3% violento ou muito violento.

Continente, revelam maiores níveis de medo e de preocupação pela ordem social do que os residentes dos distritos do litoral e, sobretudo, do interior. É de notar, todavia, que são os inquiridos do distrito do Porto quem mais afirma sentido insegurança em 1998 e quem maior preocupação com a ordem social mostra. Tendo em conta que no distrito de Lisboa ocorrem mais crimes que no distrito do Porto, tal chama a atenção para a necessidade de considerar que outros factores, e não apenas a pressão do crime, influenciam a construção do sentimento de insegurança.

Quanto aos factores subjacentes à formação das representações acerca dos crimes mais associados à insegurança, os inquiridos parecem sobretudo entrar em linha de conta não tanto com o facto de um determinado crime ocorrer mais ou menos frequentemente, mas com o grau de gravidade e/ou violência que lhe atribuem. Embora os crimes de furto de e em veículo motorizado sejam em geral os mais participados, os crimes que os inquiridos mais destacam como causando insegurança são o homicídio, o assalto a residência, o tráfico de droga e a violação<sup>7</sup>.

Contudo, não são de ignorar algumas situações em que a experiência quotidiana, uma maior pressão de alguns crimes em determinados locais ou a avaliação das probabilidades de se vir a ser vítima de um crime influenciam a formação destas representações: é o caso do furto de e em veículos, mais característico dos centros urbanos, e que é mais referido pelos residentes nos distritos de Lisboa e Porto; do assalto a residência, pelos residentes nos distritos do Porto; da violação, mais temida pelas mulheres; e do assalto a residência, pelos mais idosos.

O facto de a droga e, sobretudo, o tráfico, assumirem grande importância nas representações dos inquiridos como geradores de insegurança poderá estar relacionado ou com o grau de gravidade que é atribuído a estes actos, ou com uma maior proximidade geográfica de alguns inquiridos, nomeadamente dos centros urbanos, com locais representados como mais associados à droga (e logo, ao crime e à insegurança). A droga é também referida como sendo o principal problema do país, e a principal causa de insegurança e violência.

A imprensa é a forma através da qual os inquiridos mais tomam conhecimento dos crimes que maioritariamente os afectam na sua segurança, à excepção dos crimes de assalto a residência e furto de e em automóvel, dos quais sobretudo tomam conhecimento através de outrém.

Diversos estudos apontam para um relação ténue entre vitimação e sentimento de insegurança. No presente estudo, no entanto, os inquiridos vítimas de um crime em 1998 sentiram-se mais inseguros nesse ano, genericamente e a nível do medo e da preocupação pela ordem, com particular destaque para esta última. Uma hipótese explicativa destes resultados poderá residir no facto de a pergunta ter sido formulada tendo apenas em conta a vitimação ocorrida no ano anterior, estando por isso as marcas dessa vitimação ainda muito presentes.

---

<sup>7</sup> Estes crimes são referidos por, respectivamente, 16%, 15,1%, 14,2% e 13,6% dos inquiridos.

A expressão de sentimento de insegurança em 1998, de medo e de preocupação pela ordem encontra também reflexo na adopção de comportamentos cautelares face à vitimação. Da mesma forma, os inquiridos que foram vítimas adoptam mais comportamentos cautelares do que os que não foram, sobretudo no espaço exterior.

Nota-se também uma certa adequação dos comportamentos cautelares ao estilo de vida dos inquiridos: os mais novos, com níveis de instrução mais elevados, estudantes e quadros superiores/profissionais liberais adoptam mais medidas preventivas na rua; os mais idosos, com níveis de instrução mais baixos, domésticas e reformados referem essencialmente o fechar a porta à chave e só sair à noite acompanhado.

Uma conclusão interessante relativamente à adopção de comportamentos cautelares por sexo é o facto de as mulheres adoptarem sobretudo comportamentos preventivos face à vitimação na rua, ao passo que os homens o fazem sobretudo a nível da protecção da residência. Tal pode estar ligado a um maior sentimento de vulnerabilidade por parte destas ou também a uma maior dificuldade masculina em assumir os seus medos, aliado à ideia de que é também ao homem que compete ter o papel activo de protecção da residência, e, logo, da família.

Por último, é ainda visível que são os inquiridos com maiores recursos económicos quem mais investe em termos de protecção da residência - instalar uma porta blindada, grades, alarmes ou ter um seguro específico contra roubo - e quem também mais avisa a polícia aquando de férias. Uma maior adopção destes comportamentos por estes inquiridos estará ligada à sua maior disponibilidade económica e à noção de um prejuízo elevado em caso de assalto à sua residência.

## *2.2. Características socio-culturais dos indivíduos e sentimento de insegurança*

Na análise da influência das características socio-culturais dos indivíduos na formação do sentimento de insegurança foram contempladas três dimensões: o corpo (sexo e idade), o nível socio-económico e outras características de alguma forma ligadas à sociabilidade (como o estado civil, o viver ou não sozinho e o ter ou não filhos). Pôde concluir-se que características como o sexo, a idade, diferenças a nível do estrato social (sobretudo no que respeita ao capital escolar e económico), e o ter ou não filhos são aspectos relacionados com a construção do sentimento de insegurança.

No que respeita ao sexo, este estudo confirma as conclusões da maioria dos estudos no sentido de que as mulheres se sentem mais inseguras do que os homens, o que ocorre a nível do sentimento de insegurança genérico, do medo e da preocupação pela ordem. Esta maior expressão de sentimento de insegurança por parte das mulheres poderá ser explicável por uma maior

vulnerabilidade física, mas também pelo facto de, tradicionalmente, estas assumirem com mais naturalidade os seus medos.

Encontra-se ainda uma relação entre sentimento de insegurança e idade, que todavia se manifesta sobretudo a nível do sentimento de insegurança em 1998 e do medo do crime, e não a nível da preocupação pela ordem: os mais idosos revelam ter sentido mais insegurança em 1998, afirmando-se também mais inseguros em casa ou nas partes comuns do prédio e no bairro à noite. Um maior medo do crime por parte dos idosos pode estar relacionado com uma maior vulnerabilidade destes a diversos níveis, do ponto de vista físico, das posses materiais (devido à reforma) e até de algum isolamento, visto que são frequentes as situações de solidão na velhice.

Ainda no âmbito da relação entre sentimento de insegurança e idade, ressaltam algumas particularidades que interessa referir. Nota-se, por exemplo, que os inquiridos de 45 a 54 anos se sentem mais inseguros no bairro de dia do que os mais idosos, o que eventualmente estará relacionado com um maior usufruto do espaço público por parte dos primeiros, e um maior recolhimento em casa dos segundos. Verifica-se ainda que são os inquiridos entre os 35 e os 54 anos quem mais revela medo de agressão de um familiar próximo, o que não é de estranhar tendo em conta que nestes escalões etários predominam os casados e/ou os inquiridos com filhos menores.

As diferenças a nível económico e social também influenciam a formação do sentimento de insegurança, com a análise do índice de estrato social a sugerir conclusões distintas consoante a dimensão do sentimento de insegurança em causa: os inquiridos pertencentes a estratos sociais baixos revelam-se genericamente mais inseguros e com maior medo do crime, sucedendo o inverso quanto à preocupação pela ordem, já que são agora os inquiridos pertencentes a estratos sociais elevados que tendem a revelar-se mais preocupados.

A análise em separado do capital escolar e económico dos inquiridos permite confirmar estas conclusões, sobretudo para o sentimento de insegurança em 1998 e medo do crime: os inquiridos com capital escolar e económico mais baixo – com menor instrução, que não têm automóvel e auferem rendimentos mais baixos - afirmam mais terem sentido insegurança em 1998 e revelam ter mais medo em casa, no bairro de dia e à noite. Exceptua-se o indicador “medo de agressão ou roubo de familiar próximo”, em que são os inquiridos com automóvel e maiores rendimentos quem mais expressa este receio.

Quanto a uma eventual relação entre a preocupação pela ordem e o capital escolar e económico, nota-se apenas uma preocupação ligeiramente mais elevada nos inquiridos com um maior nível de instrução.

Embora o capital profissional tenha também sido incluído na análise, a conclusão mais relevante neste aspecto aponta no sentido de uma relação entre sentimento de insegurança e inactividade, com os reformados e as domésticas a revelarem-se mais inseguros em 1998 e com maior medo do crime.

No que respeita às características ligadas à sociabilidade, a variável “ter filhos” foi a que se revelou mais significativa, com os inquiridos que os têm a manifestarem-se mais inseguros (em 1998, em todos os indicadores de medo, à excepção do bairro à noite, e também mais preocupados pela ordem). Esta relação entre o ter filhos e uma maior expressão de sentimento de insegurança está provavelmente associada ao papel actual destes na sociedade moderna e em particular no seio da família: alvo de todas as expectativas e objecto de investimento aos mais diversos níveis.

A análise do estado civil permite também retirar algumas conclusões, sobretudo quanto à insegurança genérica e ao medo do crime, com os viúvos a revelarem-se sempre mais inseguros, em oposição aos solteiros. É provável que ocorra aqui um triplo efeito das variáveis estado civil, idade e nível de instrução, já que são sobretudo os idosos que se destacam entre os viúvos e os que têm um nível de instrução mais baixo.

A variável “viver sozinho” não revelou uma relação assinalável com o sentimento de insegurança. Tal pode ser explicável pelo facto de viver sozinho poder ser atributo de indivíduos com características muito heterogéneas, desde os mais jovens que, neste estado, são mais independentes (e daí ser natural que expressem menos medos) até aos mais idosos, onde esta característica pode ser sinónimo de alguma fragilidade.

### *2.3. Confiança nas autoridades e sentimento de insegurança*

Antes de abordar mais detalhadamente as conclusões relativas à forma como a confiança nas autoridades está relacionada com o sentimento de insegurança, torna-se interessante tecer algumas considerações prévias.

Foi, por exemplo, possível verificar que, à semelhança do que sucede noutros países europeus, também na sociedade portuguesa se regista alguma desconfiança dos cidadãos face às autoridades. Apesar de a grande maioria dos inquiridos (80,1%) afirmar confiar pelo menos numa das autoridades (Polícia Judiciária, PSP/GNR ou Tribunais), poucos referem confiar em mais do que uma.

Um outro dado importante remete para o facto de a maioria dos inquiridos (69,5%) considerar necessária a presença de um advogado numa esquadra da PSP ou posto da GNR durante um interrogatório, invocando para tal essencialmente razões ligadas à defesa e protecção dos cidadãos, e ao evitar abusos de autoridade.

São também mais os inquiridos que entendem haver razões para um detido recear maus-tratos por parte da polícia do que os que pensam não haver razões para tais receios (45,2% contra 33,7%). Um aspecto interessante a referir aqui é o facto de uma proporção significativa dos inquiridos que respondem negativamente a esta questão apontarem como justificação o facto de a polícia só maltratar criminosos, aceitando assim como legítimo e natural

que as forças de segurança recorram ao uso da força contra alguns indivíduos em particular.

A relação entre confiança nas autoridades e sentimento de insegurança expressa-se sobretudo a nível da dimensão “preocupação pela ordem social”. Os inquiridos que mais expressam desconfiança face às autoridades (que não confiam em nenhuma das autoridades, que consideram necessária a presença de um advogado numa esquadra/posto durante um interrogatório, e que pensam haver razões para recear que um detido seja maltratado pela polícia) revelam-se mais preocupados com a ordem do que os restantes.

Uma outra conclusão interessante diz respeito ao facto de se notar como que uma clivagem geracional quanto à confiança nas autoridades, e em particular à avaliação da postura dos agentes de segurança em caso de interacção com os cidadãos: os mais jovens e mais instruídos expressam uma opinião mais negativa, enquanto os mais idosos e com um nível de instrução mais baixo se destacam entre os que globalmente confiam mais nas autoridades (tendo em conta os vários indicadores) ou têm maior dificuldade em emitir opinião. Uma maior confiança destes nas autoridades poderá estar relacionada com o facto de estes inquiridos terem vivido parte da sua vida durante a vigência de um regime ditatorial fortemente marcado por referências como o respeito pela família, pátria e autoridade.

#### *2.4. Relação com o “Outro” e sentimento de insegurança*

No que concerne à relação com o “Outro”, é de notar antes de mais que os portugueses também revelam dificuldades no relacionamento com cidadãos de outras nacionalidades/etnias. Para a maioria dos inquiridos, a nacionalidade portuguesa é um factor que confere mais direitos, nomeadamente no acesso ao emprego. 80,1% dos inquiridos defende, por exemplo, que se a uma empresa portuguesa concorrerem um português e um estrangeiro com as mesmas capacidades, havendo só um vaga esta deve ser dada ao português.

Saliente-se, no entanto, que quando se colocam os que optam pelo português no acesso ao emprego perante a hipótese de o estrangeiro ter mais capacidades do que o português, os que mantêm a sua opção pelo português baixam consideravelmente (para 39,1%), passando a maioria a afirmar que o lugar deve então ser dado ao estrangeiro. É provável que tal se deva a um atitude “politicamente correcta” ou, como afirmam alguns autores, quando os contextos indicam claramente a resposta socialmente desejável muitos indivíduos tendem a manifestar comportamentos ou atitudes não racistas.

A nacionalidade portuguesa é também factor de preferência em situações do quotidiano, com a maioria dos inquiridos (60% a 62%) a preferir os portugueses para vizinhos, para jantar fora e para casar com uma filho(a). Os ciganos, seguidos dos árabes e dos negros, são os grupos que recolhem maior rejeição nestas situações (12,9% a 16,8% dos inquiridos no caso dos ciganos, 10,7% a 15,2% no caso dos árabes e 7,5% a 11,8% no caso dos negros).

Passando agora à questão de saber se uma maior dificuldade de relacionamento com o “Outro” (neste caso em concreto, com cidadãos de outras nacionalidades/etnias) estaria associada à expressão de sentimento de insegurança, verifica-se que assim é. Os inquiridos que revelam preferências por nacionalidades/etnias nas várias situações do quotidiano afirmam mais ter sentido insegurança em 1998, revelando também maiores níveis de medo e de preocupação pela ordem, quer nos índices, quer em todos os indicadores de medo e de preocupação pela ordem.

Apesar de os inquiridos que defendem a prioridade dos cidadãos portugueses no acesso ao emprego não se terem mostrado mais inseguros em 1998 e com maior medo do crime, revelam-se também mais preocupados com a ordem do que os restantes, sobretudo a nível da perspectiva de um futuro aumento da delinquência em Portugal.

A respeito do acesso ao emprego, enquanto os que optam pelo português são sobretudo os mais velhos, com níveis de instrução mais baixo, reformados e de menores rendimentos, na preferência por nacionalidades/etnias nas outras situações do quotidiano não se encontrou uma relação assinalável entre a expressão dessa preferência e factores como a idade, a instrução ou o rendimento. Tal pode ser explicável pelo facto de, nestes casos, os inquiridos com menor instrução e recursos não sentirem tanto os estrangeiros como potenciais concorrentes directos, o que provavelmente acontece em situações laborais, já que a maioria dos estrangeiros tende a ocupar postos de trabalho semelhantes aos detidos por indivíduos de estratos sociais mais baixos.

Um outro aspecto abordado foi o procurar aferir a existência de uma relação entre sistema de valores<sup>8</sup>, expressão de racismo e sentimento de insegurança. Concluiu-se que os conservadores demonstram maior dificuldade de relacionamento com os estrangeiros do que os pós-materialistas e que este é também um aspecto que influencia a formação do sentimento de insegurança. Os conservadores são os que mais se revelam inseguros, seja quanto ao terem sentido insegurança em 1998, seja a nível do medo do crime e da preocupação pela ordem, destacando-se em particular nesta última.

Ensaaiou-se ainda uma análise da relação entre sistema de valores e expressão de sentimento de insegurança em função do nível de instrução e do estrato social. Nos conservadores, as diferenças a este nível não fazem variar as suas representações a este respeito: revelam-se sempre mais inseguros independentemente do seu nível de instrução ou do estrato social a que pertencem. O mesmo já não sucede nos pós-materialistas: os de nível de instrução e/ou estrato social baixo revelam uma preocupação pela ordem elevada, o que é um comportamento semelhante ao dos conservadores.

### **3. Reflexão final**

---

<sup>8</sup> À semelhança do que tem sido feito por outros autores em Portugal (e.g Vala, 1991; Lourenço e Lisboa, 1992), recorre-se à matriz de padronização de valores de Inglehart, criando-se, a partir de perguntas do inquérito em que são propostos objectivos para a sociedade, uma variável com três categorias: conservadores, materialistas e pós-materialistas.

Referia-se inicialmente que a opção por este objecto de estudo estava ligada ao interesse em compreender o contexto subjacente à recente emergência de um fenómeno na sociedade portuguesa, cujo eventual agravamento não estará certamente isento de consequências. Com efeito, é de prever que a curto prazo em trabalhos nestas áreas as questões centrais se coloquem não tanto em termos de tentativas de quantificação do medo do crime, ou da preocupação pela ordem, mas de perceber que consequências práticas acarreta o recrudescimento do sentimento de insegurança, a nível do quotidiano dos cidadãos, dos seus direitos, liberdades e garantias.

Estas consequências não passam apenas por ruas cada vez mais desertas à noite devido ao facto de, por exemplo, os indivíduos se inibirem de sair sempre que lhes apeteça por medo de agressão ou roubo, ou pelo aumento de situações de solidão e desenquadramento social que daí pode advir, o que já de si é de assinalar. Afinal, é também em nome de argumentos como o aumento do crime e do sentimento de insegurança, cuja responsabilidade se imputa aos imigrantes, que em países como a França, a Bélgica ou a Áustria, para citar apenas alguns, partidos da extrema-direita têm vindo a conquistar terreno, o que pareceria impensável há apenas algumas décadas numa Europa fortemente marcada por regimes como os de Hitler, Franco ou Mussolini.

Em Portugal, embora os movimentos políticos de cariz nacionalista não tenham ainda expressão significativa, há conclusões deste trabalho que não devem ser ignoradas numa futura reflexão sobre estas matérias. Nota-se, por exemplo, que apenas uma minoria dos inquiridos rejeita liminarmente o recurso a medidas de combate à insegurança restritivas de direitos e liberdades individuais, como “o aumento da prisão preventiva”<sup>9</sup>, ou “o alargamento da idade de detenção para os 12 anos” (23,9% e 29%, respectivamente). A “reinstauração da pena de morte para crimes violentos” é rejeitada também como uma medida eficaz para combater a insegurança por apenas 47,8% dos inquiridos. E, no entanto, Portugal tem uma longa tradição abolicionista, uma vez que foi um dos primeiros países a abolir a pena de morte para crimes civis, em 1867.

Verifica-se também que, apesar de as medidas mais defendidas pelos inquiridos estarem ligadas a um reforço do policiamento - nomeadamente o dotar polícias com mais agentes e mais meios técnicos (por 92,8% e 86,1% dos inquiridos, respectivamente), a grande maioria dos inquiridos (79,6%) mostra-se também favorável à necessidade de ensinar as crianças a obedecer à autoridade do Estado, e 50% dos mesmos entendem a proibição de a televisão passar filmes violentos como uma medida positiva.

Num país em que a democracia é ainda tão recente, seria interessante reflectir num futuro próximo sobre as causas profundas de uma tão fácil aceitação de medidas visando o reforço da autoridade do Estado e que podem até entrar no campo da censura - como a proibição de filmes. Tendo em conta que os

---

<sup>9</sup> E, ainda assim, Portugal tem a mais elevada taxa de reclusos e de sobrelotação prisional por 100 mil habitantes no âmbito da União Europeia (Wacquant, 2001; Barclay, Tavares e Siddique, 2001).

inquiridos que mais defendem as medidas como a proibição de passar filmes violentos e o ensinar as crianças a obedecer à autoridade do Estado são os mais idosos, reformados e com níveis de instrução mais baixos, é muito provável que esta postura derive ainda de uma forte herança dos 48 anos de ditadura que estes inquiridos vivenciaram, até porque são também os inquiridos que mais confiam nas autoridades que mais optam por estas medidas.

Relembre-se ainda que 20,2% dos inquiridos que consideram não haver razões para receio de maus-tratos por parte da polícia justificam a sua resposta com base na alegação de que a polícia só maltrata criminosos, acabando assim por legitimar e até apoiar o exercício da força física contra uma determinada categoria de indivíduos.

Como explicar esta tendência para a defesa de medidas restritivas de direitos e liberdades em sociedades onde tendencialmente as preocupações dos indivíduos se deslocam da segurança física e económica para temas como liberdade, livre expressão e qualidade de vida, ou seja, para valores pós-materialistas (Abramson e Inglehart, 1995)?

Talvez porque, como referem estes autores, apesar de este movimento no sentido do pós-materialismo ser uma realidade em vários países europeus<sup>10</sup>, não é linear, estando sujeito a flutuações em função de conjunturas de prosperidade ou escassez, a primeira facilitando o pós-materialismo, a segunda o materialismo. Por outro lado, cada vez mais os Estados se deparam com dificuldades em dar resposta a novos problemas, como as situações de aumento de desigualdades, exclusão ou as novas ameaças no âmbito do terrorismo<sup>11</sup>.

Ora, como refere Santos (1994, p. 273) este contexto de crise de eficácia na actuação dos Estados em diversos domínios, aliado também à crise das ideologias, abre caminho a uma espécie de “caixa de Pandora”, em que coexistem, por um lado, “o racismo, o chauvinismo étnico e mesmo o etnocídio; e a criatividade cultural, a autodeterminação, a tolerância pela diferença e a solidariedade, por outro”.

Torna-se difícil, como afirma aquele autor, prever qual destas situações prevalecerá. A resposta passará também pelas opções perante dilemas com

---

<sup>10</sup> Estes autores identificam esta tendência de evolução em 7 de 8 sociedades europeias estudadas durante duas décadas.

<sup>11</sup> Na sequência dos atentados às Torres de 11 de Setembro, vários países, entre os quais os Estados Unidos e o Reino Unido aprovaram, em nome da segurança do Estado, legislação que permite o recurso a detenção de suspeitos por tempo indeterminado, e que acaba por afectar essencialmente requerentes de asilo ou imigrantes, sobretudo muçulmanos. Os próprios tratados de cooperação europeia (acordos de Schengen e Maastricht) em matéria de livre circulação de cidadãos europeus quase que transformam a imigração de cidadãos oriundos de países exteriores à União Europeia num problema de segurança continental, equiparado ao crime organizado ou ao próprio terrorismo (Wacquant, 2001). A espécie de amálgama que se cria então entre imigração, ilegalidade e criminalidade, alimentada pelos media e por algumas forças políticas, leva a que este e outros autores se interroguem sobre se afinal o imigrante não será um inimigo cómodo, símbolo e alvo de todas as ansiedades sociais.

que as sociedades europeias, e também Portugal, se poderão ver confrontadas, e que estão estreitamente associadas às questões geradas pelo recrudescimento do sentimento de insegurança: Qual será a opção dos cidadãos se de um “lado da balança” estiverem direitos e liberdades adquiridos (e.g. privacidade, livre circulação, integridade física, presunção de inocência até determinação da culpa), e do outro a aprovação de determinadas medidas em nome do aumento da segurança (e.g. autorização da tortura em determinadas situações, da detenção em regime de incomunicabilidade ou de buscas policiais a domicílios sem mandato judicial)? Até que ponto os cidadãos em geral estão conscientes de que há um preço a pagar por um aumento da segurança e de que este pode ser demasiado elevado, afectando-os também directamente ou às suas famílias? Estas são questões que certamente se colocarão num futuro próximo e sobre as quais urge reflectir.

Graça Frias

SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMSON, Paul R. e INGLEHART, Ronald (1995), *Value Change in a Global Perspective*. The University of Michigan Press.

BARCLAY, Gordon, TAVARES, Cynthia e SIDDIQUE, Arsalaan (2001), *International Comparisons of Criminal Justice Statistics*, Issue 6/01, <http://homeoffice.gov.uk>

CHESNAIS, Jean-Claude (1992), “Histoire de la Violence: l’Homicide et le Suicide à travers les Ages”. *Revue Internationale des Sciences Sociales*. 132: pp 217-234.

CUSSON, Maurice (1990), *Croissance et Décroissance du Crime*. Paris: PUF. Lourenço e Lisboa, 1996

JODELET, Denise (1984), "Rerésentation Sociale: Phénomène, Concept et Théorie", in Serge Moscovici, *Psychologie Sociale*. Paris: PUF.

LAGRANGE, Hugues (1992), "Appréhension et Préoccupation Sécuritaire", in *Déviance et Société*. Vol 16, nº 1, pp. 1-29.

LOURENÇO, Nelson e LISBOA, Manuel (1992), *Representações da Violência. Percepção Social do Grau, da Frequência, das Causas e das Medidas para Diminuir a Violência em Portugal*. Lisboa. Centro de Estudos Judiciários.

LOURENÇO, Nelson e LISBOA, Manuel (1996), "Violência, Criminalidade e Sentimento de Insegurança". *Revista Textos*. 2: 45-64. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

ROCHÉ, Sebastian (1991), "L'Insecurité: entre Crime et Citoyenneté", in *Déviance et Société*, vol. 15, nº 3, pp. 275-292.

ROCHÉ, Sebastian (1993), *Le Sentiment d'Insecurité*. Paris: PUF.

SANTOS, Boaventura Sousa (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento. Biblioteca das Ciências do Homem.

VALA, Jorge (1991), "Valores e Construção Social da Violência". *Colóquio Violência na Sociedade*. Lisboa: Contexto.

Wacquant, Loic (2001), *Les Prisons de la Misère*. Paris: Raisons d'Agir.